

Introdução

Este artigo procurará discutir algumas questões significativas relacionadas à área de memória social e patrimônio, tomando-se como base uma documentação específica relacionada ao processo de recuperação do portal da demolida Academia de Belas Artes do Brasil – portal que hoje se localiza no jardim botânico. A análise empreendida no presente artigo será interessante para perceber como, nos estudos sobre memória e documentação, um mesmo objeto ou o seu conceito pode sofrer inúmeras apropriações culturais e políticas no decurso de uma determinada sucessão de distintos contextos políticos e institucionais. Este é o caso do bem cultural específico que estaremos analisando neste artigo: o portal da demolida Academia de Belas Artes de autoria do Arquiteto Francês GrandJean de Montigny.

Sujeito a diferentes ambientes políticos, que vão dos anos trinta até a ditadura militar, a trajetória patrimonial deste Portal oitocentista pode lançar luz sobre sutis mudanças na História Cultural e política Brasileira. O nosso objetivo mais específico neste artigo será examinar uma documentação que ilumina esta questão, e que poder ser encontrada nos dias de hoje no Arquivo CFC / Minc. Porém, antes de detalharmos as questões mais específicas referentes à documentação em referência, convém esclarecer um pouco a História Patrimonial que envolve este bem cultural produzido pelo Neoclassicismo no Brasil. O Arquiteto francês Grandjean de Montigny chegou ao Brasil em 1816, acompanhando um grupo de artistas Franceses a convite de Dom João VI. O projeto civilizador Joanino almejava introduzir o gosto das Belas Artes no Brasil, e neste sentido caberiam aos mestres Franceses construir uma Academia de Belas Artes, ao mesmo tempo em que, enquanto este prédio não estivesse pronto, ministrariam aulas. Foi nesta época que GrandJean começou a conceber a Academia, que seria inaugurada apenas dez anos depois, no Primeiro Reinado.

Aí estão os inícios da introdução do neoclassicismo no Brasil, a seu tempo uma novidade que posicionava o Brasil no cenário artístico internacional em vista da adoção do padrão cultural europeu. A Academia de Belas Artes, com o prédio que lhe serviu de

¹- Pesquisa realizada enquanto foi Bolsista do projeto *Ação Federal na cultura: História e Memória*, Casa Rui Barbosa/Faperj (Setor: Política Cultural). Mestre em Memória Social (UNI-RIO). Historiadora (UFRJ). Bacharel em Museologia (UNI-RIO).

base, chegaria em pleno funcionamento aos tempos da República, já no século XX, formando diversos pintores e arquitetos importantes que abraçaram a estética neoclássica. Os novos rumos da recepção da história do neoclassicismo começam a ser traçados no período nacionalista modernista de 1922, quando já se nota uma crítica contundente ao modelo neoclássico e, conseqüentemente, aos bens culturais produzidos de acordo com a técnica, parâmetros estéticos e procedimentos neoclássicos, questão à qual voltaremos oportunamente. Por ora, o que importa ressaltar é que o prédio da Academia de Belas Artes veio a ser demolido no final da década de 1930, restando, entre suas ruínas, o portal de GrandJean de Montigny. O portal, contudo, foi preservado ao ser levado para o Jardim Botânico na década de 1940. E é este gesto de recuperação da memória neoclássica que permitirá o surgimento de uma questão documental que analisaremos, já no contexto dos anos 1970.

Modernamente sabemos que, no âmbito da teoria patrimonial, houve um relevante alargamento da conceituação até então elitista de patrimônio. Através das recentes *cartas patrimoniais*, abandonou-se a concepção tradicional que praticamente só aceitava como sendo Patrimônio tudo o que se relacionava com o passado das classes dominantes. De acordo com a perspectiva mais recente, adota-se uma conceituação de Patrimônio mais complexa, diversificada e socialmente abrangente. Para que um determinado bem ou objeto de memória possa ser considerado como Patrimônio, já não se tem mais em vista, nos dias de hoje, apenas aquilo que seja sinônimo de erudição e refinamento do ponto de vista de determinada classe social. A nova maneira de pensar o Patrimônio procura estender o olhar também para o simples e o aparentemente corriqueiro, considerando como significativas e relevantes as memórias de expressões culturais do ser humano comum e os fatos relacionados à sua vida cotidiana. É bem verdade que, sendo considerado um objeto de arte já consagrado tanto por sua filiação neoclássica como por sua autoria relacionada ao arquiteto GrandJean de Montigny, o Portal da Academia enquadrar-se-ia perfeitamente no modelo mais tradicional de conceituação do que seria “Patrimônio”. Destarte, é importante notar que os modernos usos da conceituação de Memória e Patrimônio procuram estar atentos, inclusive nos casos em que estejamos diante de bens patrimoniais de tipo tradicional, para as diversificadas recepções do bem cultural em questão e para a abrangência social de sua percepção. O Portal de GrandJean de Montigny, é o que tentaremos dar a perceber neste artigo, é um destes bens culturais que, em vista da sua extraordinária importância histórica, artística e como objeto de memória nacional, tem motivado múltiplas

recepções e apropriações culturais e políticas. Dentro deste universo de percepções e apropriações possíveis relacionados ao Portal, estaremos trabalhando com um recorte documental e político mais específico, que ficará bastante claro no próximo item.

O Conselho Federal de Cultura e o Portal da Academia de Belas Artes

Neste momento, iremos nos remeter já mais diretamente à questão que interessa ao presente artigo. Entre os conjuntos de documentação guardados no Arquivo do Conselho Federal de Cultura/Minc², destaca-se precisamente por sua importância histórica um conjunto documental, particularmente relevante para os estudos de História da Arte, Patrimônio e Memória Social, relativo ao bem cultural anteriormente descrito. Trata-se de um processo iniciado em 29 setembro de 1976 e finalizado no mesmo ano de 1976 (27-Processo CFC:645/76-Câmara de Artes), na qual apresenta-se como proponente Donato de Mello Junior (presentemente já falecido), que na época era professor de Arquitetura da UFRJ e membro do IHGB. Na atualidade, este *corpus* documental do Conselho Federal de Cultura nos direciona para os estudos no campo da Memória Social e de Patrimônio cultural, além, é claro de História do Brasil Contemporânea e História da Arte. A abordagem deste estudo de caso em torno desta documentação do CFC realizar-se-á mediante “formulações teóricas e práticas a respeito do patrimônio cultural não podendo ser dissociadas do contexto histórico que as originou, porquanto todo conceito é dotado de historicidade”³.

Através desta documentação, nunca antes pesquisada, oriunda do recentemente instituído, Arquivo do Conselho Federal de Cultura/Minc, ficamos cientes de que o pesquisador da arte Donato de Mello Junior dirigiu-se na década de setenta do século XX, em pleno governo militar do General-Presidente Ernesto Geisel, ao Conselho Federal de Cultura, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura, com o fito de solicitar ajuda para realizar uma homenagem ao já referido arquiteto francês Grandjean de Montigny. Com o intuito de homenagear a memória do célebre arquiteto neoclássico que completaria no ano de 1976 o bicentenário de seu nascimento, o Pesquisador de Arte aproveitou o ensejo da ocasião e solicitou um pedido de ajuda ao CFC, dando

² -O projeto *Ação federal na cultura: História e Memória*, permite a Casa de Rui Barbosa coordenar o processo de recuperação do arquivo CFC/Minc, sob a coordenação da Doutora em História Lia Calabre (e-mail:liacalabre@rb.gov.br), do setor de política cultural.

³ -ZANIRATO, Sílvia Helena. “As múltiplas dimensões do patrimônio cultural”. *In: Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. V.9, n.1,2005;p.59.

origem à documentação em referência e a uma série de desdobramentos posteriores. Dirigia-se o seu apelo de ajuda não somente ao CFC (Câmara de Artes), mas também a outros órgãos e instituições ligados à viabilização de seu pedido de homenagem, como o IPHAN, o Conselho Estadual de Cultura, o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico e o Museu Histórico Nacional, que em conjunto deveriam exercer uma ação que visava recolocar o portão de ferro (que é também de risco de GradJean de Montigny) no portal da demolida Academia de Belas Artes instalado até hoje no Jardim Botânico. O Museu Histórico Nacional – local onde se encontrava o portão de ferro original da antiga academia de Belas Artes (desenhado por GrandJean de Montigny) – foi somente inserido no processo de homenagem a Montigny em dezembro pelo Presidente da Câmara de Artes, Clarival do Prado Valladares . No mesmo processo já citado acima, aberto com a nomenclatura “Donato Mello Junior-Grandjean de Montigny-Bicentenário do nascimento do grande Arquiteto do R.J. Imperial”, destacamos a seguinte parte esclarecedora do andamento processual:

“Ocorre que na época da demolição a portada em cantaria e escultura foi preservada por determinação do Dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, comprando-a e fixando-a ao Jardim Botânico no epígono da aléia de palmeiras imperiais ‘Barbosa Rodrigues’. Quanto ao portão de ferro, integrante da mesma portada, foi naquela época adquirido pelo então Diretor do Museu Histórico Nacional que o fixou em uma das entradas laterais do complexo dos edifícios daquele Museu.”⁴

Através de um exame atento da documentação guardada no Arquivo CFC/Minc, chama atenção o fato de que o proponente, o Professor Donato Mello Júnior, tenha encaminhado a sua solicitação à Câmara de Artes do CFC, órgão cujo presidente, Clarival do Prado Valladares, havia aprovado o seu pedido de homenagem ao bicentenário do nascimento de Montigny, tratando-se esta homenagem de uma recolocação do portão de ferro ao portal do que restou da antiga Academia de Belas Artes. O parecer de aprovação, feito de próprio punho pelo Conselheiro Clarival (Proc.645/76, p.10), foi datado em dez de novembro de 1976. Sem que haja uma explicação no próprio documento processual, apesar da aprovação da Câmara de Artes, o processo foi encaminhado ou sofreu uma intervenção, onde o provável “interventor” foi o conselheiro Renato Soeiro da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesta intervenção, ele fez constar um parecer do IPHAN rejeitando o pedido, sob sua assinatura (Soeiro) em 7 de dezembro de 1976. A alegação para não haver a

⁴- *Arquivo do Conselho Federal de Cultura/Minc*. CFC/Câmara de Artes, Processo CFC-645/76, 10 de novembro de 1976. Clarivaldo do Prado Valladares, relator .p,10

recomposição arquitetônica (esta que somente em 2006 seria concretizada), consta também na publicação anual do boletim do CFC. A explicação que ali consta para a rejeição do pedido está expressa nos seguintes termos:

“Ponderando o órgão técnico competente do IPHAN o seguinte : que o referido pórtico apresenta-se hoje não mais como elemento de acesso a um prédio (...). Assim, o pórtico tem a feição de um arco comemorativo e não mais a de entrada de um edifício (...) dê acesso, mas tão somente a jardins à sua volta. O portão estaria fechando apenas o arco central do pórtico, sem qualquer finalidade (...).”⁵

Os meandros políticos parecem perpassar este pedido e seus desdobramentos, insinuando a presença de sutis disputas políticas, ou talvez, uma disputa ao nível intelectual ou pessoal. Estas são hipóteses a serem aventadas para a não efetivação deste pedido. Como somente trinta anos depois o desejo do Arquiteto Donato concretizou-se, causa estranheza à rejeição da solicitação em vista de que seria algo de pouca dificuldade a efetivação da recomposição arquitetônica de todo o portal de Grandjean. É bem verdade que, em 1976, o portão de ferro desenhado por Montigny se localizava ainda no Museu Histórico Nacional. De todo modo, considerando que o portal pode ser examinando como símbolo de uma época, ou melhor, como ícone de um estilo de arte, um esforço institucional para a recuperação do mesmo seria mais do que oportuno. A este respeito, o solicitante Donato, dentro do processo de solicitação⁶, acrescentou um inédito trabalho intelectual sobre a importância da obra do Arquiteto GrandJean de Montigny (Título: Grandjean de Montigny – Bicentenário do nascimento do grande Arquiteto do Rio de Janeiro Imperial {1776-1976}, p.3 à 8). O texto, destacando a importância de GrandJean de Montigny, visava funcionar a seu modo como forma de convencimento, de tal forma a não deixar passar a oportunidade de fazer uma homenagem no ano do bicentenário do arquiteto francês. Esta homenagem seria feita, tal era a proposta apresentada, através da recomposição da única parte restante da primeira Academia de Belas Artes existente no Brasil.

Foi apenas 29 anos depois, já no ano de 2005, que a Arquiteta do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico, Mônica Rocio Neves (recém-concursada em 2002),

⁵ -Boletim do Conselho Federal de Cultura.Mec-Outubro/Novembro/Dezembro-1976. Ano:6-Número: 25.p.171.

⁶ - Na primeira página do Processo: CFC: 645/76(Caixa 2, Arquivo CFC/Minc), há no penúltimo parágrafo da solicitação de ajuda de Donato, junto ao CFC, uma parte que não foi mais mencionada em nenhum momento deste processo de 14 páginas. Foi por esta razão que optamos por não analisá-la neste artigo, pois não a julgamos relevante, já que ao longo das páginas seguintes do processo, uma sugestão não foi se quer citada. Donato então diz: “Neste trabalho sugiro ainda que a prefeitura do Rio de Janeiro homenageie G. M. dando-lhe o nome de um condigno logradouro público e o de uma Escola”.

encontrou o portão de ferro, lá abandonado, no galpão do parque do Jardim Botânico. Pelos encaixes da peça em ferro (portão) que cabiam perfeitamente na portada (entrada em arco) do portal da Academia de Belas Artes, e ainda através de informações oferecidas pela iconografia, soube-se que era o portão original de risco de Grandjean de Montigny. Em 2006 finalizou-se o minucioso processo de restauração do portão, que finalmente pôde voltar para o seu local de origem. Presentemente, quem desejar visitar o Jardim Botânico encontrará o portal do antigo edifício restante da Academia de Belas Artes (inaugurada em 5 de novembro de 1826 por D.Pedro I), desenhado pelo arquiteto GrandJean e recomposto 30 anos depois, conforme os planos originais contidos no pedido de ajuda feito ao CFC por Donato de Mello Júnior em 1976. Os acontecimentos que envolvem o processo de pedido de restauração do Portal de GrandJean de Montigny, bem como a posterior concretização desta idéia anos depois, permitem tecer algumas considerações importantes sobre questões relacionadas à Memória Social e Patrimônio, bem como, a estreita ligação entre estas duas dimensões e as transformações históricas e desenvolvimentos do contexto social e político.

A definição de patrimônio e os atos de proteção dos bens culturais são historicamente e socialmente construídos, como bem lembra o Historiador Pedro Funari. De fato, “as discussões sobre o patrimônio não podem ser dissociadas de sua historicidade, dos contextos históricos em que se tratou das questões teóricas como práticas referentes aos usos do passado, à sua construção social (Bond & Gilliam 1994). A própria noção de patrimônio é histórica.”⁷ Desta consciência buscamos nos municiar ao longo deste texto no qual buscamos prestar contas do registro desta documentação que abre ao analista possibilidades dotadas de nítido apelo patrimonial mas sem que seja possível esquecer as questões históricas que envolvem todo o processo.

Retomando a questão central que interessa ao presente estudo, devemos nos reportar ao ano de 1938, quando o edifício Histórico da primeira Academia de Belas Artes construída no Brasil, durante o período Imperial, foi colocado abaixo, sem que houvesse uma justificativa plausível para tal gesto de esquecimento. Desta Academia projetada por GrandJean de Montigny foi tão somente conservada o pórtico em granito e o mármore onde se destacam os ornamentos em terracota de autoria de Zéphyrin Ferrez.. O Portal após a sua demolição foi montado e conduzido em 1940 para o Jardim

⁷-FUNARI, Pedro Paulo A. “O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos palmares”. *In: Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. V.9, n.1,2005; p.33, 34.

Botânico, onde lá foi instalado como monumento, para lembrar que um dia existira uma Academia de Belas Artes. Em um curto espaço de tempo, aí encontramos em relação à História da Academia de Belas Artes no Brasil os gestos de esquecimento e lembrança. É possível verificar, nestes dois atos despreziosamente inconscientes, as duas estratégias básicas da memória coletiva, modernamente chamada de memória social, que são: a lembrança e o esquecimento. A memória, no sentido em que aqui a entendemos, mostra-se fruto de uma construção da sociedade, particularmente gerada pelo embate das classes dominantes, pois são sempre elas que possuem o poder de escolha, do que deve ou não ser guardado para a posteridade. Devemos ressaltar que, o período de destruição intencional da Academia aconteceu, não muito depois, da semana de artes de 1922 em São Paulo, e, depois ainda, das gerações modernistas. Os resíduos desta luta subterrânea que afeta a dimensão da História da Arte Brasileira e da memória social podem ser percebidos em questões como esta de que presentemente tratando, entremeando discursos e práticas em um complexo jogo de poderes e micropoderes. Deste modo, podemos retomar algumas considerações para buscar entender os gestos de lembrança e esquecimento acima descritos, para o caso dos destinos do portal de GrandJean de Montigny.

O que imperava como discurso após e durante a semana de 22 era que a Academia⁸ fundada pelos integrantes da Missão Francesa teria cortado a nossa veia barroca, tão bem adaptada às questões locais, além de cortar a tradição colonial de raízes religiosas e barrocas no Brasil (não esqueçamos o papel relevante de Aleijadinho). Os defensores da Missão Francesa, à época de sua estadia no Brasil durante o período Joanino, afirmavam que a arte (e a arquitetura) brasileira achava-se em um completo estado de marasmo e inércia, e portanto, a vinda da Missão nos teria colocado em pé de igualdade em relação à tendência Neoclássica, em voga na Europa. Neste contexto, em relação à Arquitetura, foi graças às atitudes de Montigny que o Neoclassicismo se impôs no Brasil. Já na época do Modernismo, passaria precisamente a imperar em certo setor da intelectualidade um discurso de ruptura que começa a colocar em cheque este passado neoclássico que até então era sacralizado do ponto de vista da academia e do Ensino oficial. A possibilidade de inaugurar um novo gesto em relação a Academia de GrandJean de Montigny – o do esquecimento – só poderia vingar

⁸ -“Nas gélidas aulas da Academia, gélidas de idéias naturalmente, o jeito local foi, por completo, posto de lado.” BARDI, Pietro M. *História da Arte brasileira. Pintura*Escultura*Arquitetura*Outras Artes*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 4 edição,1975. p.152.

neste novo ambiente intelectual que traz novas cores culturais aos conturbados anos da década de 1930.

Décadas depois, já se apresenta um contexto bem diverso, capaz de favorecer novas condições de tratamento em relação a esta mesma questão. Tanto nos anos de 1976 como no ano de 2006, percebemos a preocupação da elite intelectual em conservar este marco da Arte Brasileira, que é um remanescente da Academia de Belas Artes. No ano de 1976 este gesto de memória materializou-se mesmo quando um Arquiteto tentou recolocar, mas não conseguiu, o portão original no portal do que restou da Academia de Belas Artes. No ano de 2006, o ato de memória acontece (de fato) não só com esta recuperação do portal, como também através da restauração do portão de ferro de GrandJean. Como ainda para finalizar este gesto de memória, idealizado pelo Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, aconteceria no ano de 2007, nesta instituição de pesquisa, um evento divulgado na Internet: “Em comemoração ao resgate e restauração do Portal de Belas Artes, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro realizará em 11 de junho, às 14h, a palestra ‘O Portal das Belas Artes’ seguida de uma visita ao portão.”⁹ Neste mesmo dia 11 de junho, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, realizou um série de eventos em torno do Portal, que só vem a mostrar a importância desta recuperação do Pórtico da demolida Academia de Belas artes.

Considerações Finais

Tal qual propôs Le Goff¹⁰, a memória coletiva sempre esteve no meio da luta das forças sociais pelo poder, a fim de controlá-la. O acontecido embate entre a Câmara de Artes e a Câmara de Patrimônio do CFC, em relação ao pedido de Donato, e depois a intervenção da Câmara de Patrimônio, negando o pedido de Donato, quando ele já havia sido aceito pela câmara de Artes, revelam para nós, a luta pelo poder de decidir o que será digno de comemoração ou não. Pois se tornar senhores da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva, e a história preocupa-se em resgatar os lugares da memória coletiva de forma crítica. Enfatizamos que os documentos, o que também inclui os Restos materiais de uma Academia de

⁹ - Página número 1 na Internet. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. www.jbrj.gov.br/materias.

¹⁰- Livres reflexões baseadas em: LE GOFF, Jacques. “Memória” *In: História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

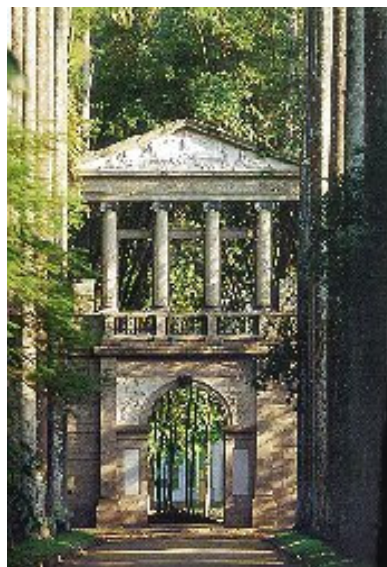
Belas Artes (Portal da Academia), são frutos da escolha de grupos e forças sociais detentoras do poder. Todo o documento é o resultado de uma seleção, manipulação e construção orientada pela sociedade de origem. Transformar-se em “senhores da memória e do esquecimento” é uma das preocupações mais habituais das classes sociais dominantes, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. O intento do Acadêmico Mello Junior em 1976 de render uma homenagem ao arquiteto Grandjean nos possibilita pensar na importância deste resquício para a História da Arte brasileira que foi o pórtico da Academia Imperial de Belas Artes. No Brasil logo após a demolição da Academia em 1938, decidiu-se montar o Pórtico da Academia e levá-lo para o Jardim Botânico em 1940, instaurando no seio da sociedade uma forma de fazer lembrar que houve no Rio de Janeiro uma Academia de Belas Artes.



Fachada da Antiga Academia de Belas Artes



Portal da Academia de Belas Artes sem o portão de ferro (Jardim Botânico-RJ)



Na atualidade

Portal da Academia de Belas Artes, com o portão de ferro (Jardim Botânico).